

A questão dos restaurantes

Em poucas semanas, a Inspetoria de Saúde de Brasília fechou um grande número de restaurantes da cidade, alegando que eles não obedeciam às mais elementares regras de higiene. Carnes e legumes mal acondicionados, ou mesmo em estado suspeito de conservação, comprados sem notas fiscais, tábuas inadequadas para o corte de alimentos, falta de limpeza nas cozinhas e até mesmo ratos mortos foram os motivos alegados pelos fiscais. A divulgação dos nomes desses restaurantes pela imprensa, no entanto, vem sendo contestada pelo Sindicato dos Hotéis, Bares e Similares de Brasília, que vê na presença de jornalistas, durante as visitas, uma forma de denegrir os estabelecimentos comerciais. Ora, ao invés de tentar cercear a liberdade da imprensa — garantida amplamente pela Constituição —, que noticia algo que é do interesse imediato dos cidadãos, o desejável é que o sindicato conteste na Justiça a ação dos fiscais. Caso tenham sido injustiçados, os restaurantes certamente devem merecer algum tipo de desagravo. Mas, quando os fiscais estiverem mesmo com a razão, a punição deveria ser maior.

O número de restaurantes fechados é muito grande, e as irregularidades apontadas são tão inacreditáveis que o mais provável é que os fiscais estejam com a razão. O compromisso único e primeiro dos jornais e dos jornalistas é com os cidadãos e com a lei. Se há restaurantes que estão descumprindo regras que visam proteger a saúde dos consumidores, é óbvio que os veículos de comunicação social têm o dever de denunciá-los. Da mesma forma, é da sua obrigação profissional denunciar qualquer

possível irregularidade ou arbitrariedade que venha a ser cometida pelos fiscais.

É extremamente contestável a declaração de pessoa ligada ao sindicato que engloba os restaurantes no sentido de que cabe à Inspetoria de Saúde de Brasília o esclarecimento dos donos de restaurantes sobre as regras de higiene. Parece bem mais lógico que os empresários, que estão investindo e lucrando, saiam em busca dessas definições, que se mantenham dentro delas e que, se possível, as aperfeiçoem. É interessante constatar que, entre as lanchonetes mais bem-sucedidas da cidade, estão justamente aquelas que expõem suas cozinhas aos consumidores.

O consumidor brasileiro é dos mais desrespeitados do mundo, embora tenha recebido recentemente um Código de Defesa que se enquadra entre os mais modernos. Despreocupadas com sua imagem junto ao público, boa parte das grandes empresas do País não mantém sequer um setor para atender reclamações de clientes insatisfeitos. Estes raramente se lembram de recorrer à Justiça, que sabem emperrada e lenta e que não dá vazão sequer às causas mais volumosas. Se está indefeso no que trata de artigos comprados em lojas, o brasiliense, pelo que se tem visto nas últimas inspeções, está ainda mais desprotegido quando vai a um restaurante, porque ele não costuma visitar as cozinhas.

O que a opinião pública brasiliense quer das suas autoridades sanitárias é rigor. O máximo rigor. E quer punições duras para os que colocam em risco a saúde de seus clientes. E quer também que os jornalistas tenham a máxima liberdade para denunciar as irregularidades.